

A FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE EM CONTEXTO QUILOMBOLA: ENTRE O DESENVOLVIMENTO LOCAL E A FORMAÇÃO PARA A VIDA

FORMACIÓN PROFESIONAL EN UN CONTEXTO QUILOMBOLA: ENTRE DESARROLLO LOCAL Y FORMACIÓN PARA LA VIDA

PROFESSIONAL TRAINING IN A QUILOMBOLA CONTEXT: BETWEEN LOCAL DEVELOPMENT AND TRAINING FOR LIFE

Greice Keli SANTOS¹
James SANTOS²

RESUMO: A pesquisa em questão analisa as potencialidades do programa Novos Caminhos, que fomenta cursos de formação inicial e continuada para qualificação profissional, via Institutos Federais de Educação. O espaço de pesquisa será a comunidade Quilombola Tabuleiro dos Negros, que para nós, se coloca como espaço social, onde se encontram agentes individuais que podem desenvolver suas atividades sociais, culturais econômicas, por meio do fomento de cursos de formação, que melhorem suas práticas e possibilitem inovação, em relação ao que já praticam. O método teórico é baseado na ideia implícita de capital cultural pela educação formal e a metodologia de coleta de dados em campo (resguardados os protocolos de segurança e autorização de uso de dados) é o grupo focal, feito com jovens da comunidade. O tratamento dos dados será via análise de conteúdo e o meio de intervenção, se tratando de uma pesquisa ação é a formação de um catálogo de cursos, junto com análise de sua aplicabilidade e importância.

PALAVRAS-CHAVE: Quilombolas. Cursos profissionais. Novos caminhos. Cultura.

RESUMEN: *La investigación en cuestión analiza el potencial del programa Novos Caminhos, que promueve cursos de formación inicial y continua para la calificación profesional, a través de los Institutos Federales de Educación. El espacio de investigación será en la comunidad Quilombola Tabuleiro dos Negros, que para nosotros es un espacio social, donde hay agentes individuales que pueden desarrollar sus actividades sociales, cultura económica, a través de la promoción de cursos de formación que mejoren sus prácticas. También es posible innovar, en relación a lo que se practica. El método teórico se basa en la idea implícita de capital cultural para la educación formal y en la metodología de recolección de datos en campo (protocolos de seguridad y autorización de uso de datos) y / o un grupo focal, realizado con jóvenes de la comunidad. El tratamiento de los datos se realizará mediante un análisis de contenido y el método de intervención, en el caso de la investigación y la formación de un catálogo de cursos, junto con un análisis de su aplicabilidad e importancia.*

PALABRAS CLAVE: *Quilombolas. Cursos profesionales. Nuevas formas. Cultura.*

¹ Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Penedo – AL – Brasil. Especialização em Educação Profissional. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9016-1550>. E-mail: greicecruz27@gmail.com

² Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Palmeira dos Índios – AL – Brasil. Professor do curso de Sociologia e da Especialização em Educação Profissional. Doutorado em Ciências Sociais (UNESP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5491-3716>. E-mail: james.was@hotmail.com

ABSTRACT: *The research in question analyzes the potential of the Novos Caminhos program, which promotes initial and continuing training courses for professional qualification, via the Federal Institutes of Education. The research space will be the Quilombola community Tabuleiro dos Negros, which for us, is a social space, where individual agents who can develop their social, cultural and economic activities, through the promotion of training courses that improve their practices and enable innovation, in relation to what they already practice can be found. The theoretical method is based on the implicit idea of cultural capital by formal education and the data collection methodology in the field (protected by security protocols and data use authorization) with the focus group, composed by young people from the community. The treatment of data will be via content analysis and the means of intervention, in the case of an action research is the formation of a catalog of courses, along with analysis of its applicability and importance.*

KEYWORDS: *Quilombolas. Professional courses. New ways. Culture.*

Introdução

O objeto de análise deste artigo é o programa Novos Caminhos, que foi criado pelo Governo Federal em 2019 (ligado a formação técnica inicial e continuada – FIC), como meio de inserção da educação profissional em uma comunidade tradicional brasileira (O quilombo Tabuleiro dos Negros, localizado em Penedo-AL). Neste sentido, ser inserido neste modelo de formação, representa, segundo um senso comum fortemente disseminado desde os anos 1990, um importante passo no processo de inclusão social de jovens e adultos e, portanto, um meio estruturalmente dado pela educação formal, para o possível sucesso social (BOURDIEU, 2014).

O intuito do programa Novos Caminhos é promover a inserção de seus estudantes no mercado de trabalho, por meio da qualificação profissional, sem discriminar a parcela de jovens que já foram alcançados pela formação profissional, através do Ensino Médio Integrado nos Institutos Federais (IFs). O objetivo geral é analisar o modelo de ensino FIC, a ser aplicado pelo programa Novos Caminhos, através do IFAL, campus Penedo, possibilitando incluir os quilombolas neste processo. Além disso, como este modelo pode, dentro de uma proposta de transversalidade, não apenas ensinar uma ocupação/profissão, mas promover a ligação entre aluno e comunidade, traçando trocas culturais e modelos de pertencimento (SAHLINS, 2003).

Na relação teoria/método, usaremos neste artigo, de maneira pontual, os seus conceitos de campo e aquisição de capital social e cultural de Bourdieu (2000)³. Aliada a esta teoria,

³ Temos como referência para a realização deste trabalho a teoria crítica de Pierre Bourdieu, que considera a educação como dentro de um campo de relações (Campo Cultural), em que circulam agentes coletivos (como a

temos a teoria das trocas culturais e das assimilações, que é pós estruturalista, relacionada ao sujeito cultural e embasada pela análise etnográfica de Marshall Sahlins (2003, 1990). Estas escolhas teóricas nos levam a consolidação de uma metodologia que é prioritariamente qualitativa, mas que não exclui o uso de dados quantitativos, já expostos em pesquisas sobre o programa Novos Caminhos, bem como os dados sobre as comunidades quilombolas em Alagoas, já coletados e analisados.

No referente às técnicas de pesquisa, estas são baseadas na pesquisa bibliográfica e na etnografia, que é a análise qualitativa de dados, caracterizada por ser indutiva e ter como foco a fidelidade ao universo de vida cotidiano dos sujeitos. Segundo André (1983), a etnografia visa apreender o caráter multidimensional dos fenômenos em sua manifestação natural, bem como captar os diferentes significados de uma experiência vivida, auxiliando a compreensão do indivíduo no seu contexto. Por isso, a ida ao quilombo e a coleta dos relatos sobre a adequação entre a proposta de ensino FIC e as expectativas sociais de quem receberá o serviço é de extrema importância.

A abordagem etnográfica ocorreu por observação participante, regida pela objetivação dos traços culturais e operacionalmente se deu por grupo focal, que ocorreu em forma de um círculo de debate (respeitando todas as normas de proteção e distanciamento contra o coronavírus). Sua aplicação foi antecedida pela criação do roteiro de debate com 5 jovens e adultos da comunidade quilombola (na faixa etária dos 18 aos 25 anos – idade pós ensino médio e própria a vida profissional).

Após coletados os dados, estes foram analisados de forma comparada, tendo em questão os seguintes problemas: quais são as demandas e expectativas da comunidade e quais as possibilidades de fomento de uma ação de qualificação profissional FIC pelo IFAL, diante da comunidade quilombola Tabuleiro dos Negros? Após a análise comparada, se avaliaram as possibilidades de adaptação à realidade, para a aplicação da formação de maneira adequada. O trabalho de campo fora realizado na Comunidade Quilombola Tabuleiro dos Negros no mês de julho de 2021.

Com os resultados desse trabalho, espera-se contribuir com desenvolvimento local e social e a participação efetiva dos estudantes quilombolas nos cursos de formação inicial e continuada, estando aptos a inserção no mercado de trabalho e sendo agentes sociais capazes de efetivarem a construção de suas próprias histórias (ARROYO, 2012). Contudo, a também

instituição IFAL, por exemplo) e os agentes individuais (os jovens que ainda estão fora, na comunidade quilombola em questão, da formação profissional ou os que precisam de complemento a sua formação). O intuito é analisar a relação entre estes dois tipos de agentes e as possibilidades de criação de um espaço de formação via programa Novos Caminhos. Colocando os avanços e os limites desta relação.

o questionamento quanto a função da educação, como principal componente na construção dos projetos de vida. A ela é atribuído um papel importante na conquista de uma profissão, que venha a possibilitar melhoria pessoal e familiar (aos pais ou parentes mais próximos). Neste sentido, este artigo também contribui para incluir os fatores estruturais dentro desta conta, que são influenciados pela capacidade de geração de oportunidades e direitos por parte do Estado e da iniciativa privada, pontos de incremento e absorção dos trabalhadores qualificados.

Nesta introdução ao trabalho, além do objeto, encontra-se apresentada a justificativa, o problema de pesquisa, os objetivos, o referencial teórico, a metodologia, a população/agentes da pesquisa e instrumento da coleta de dados. Quanto à organização, o artigo está dividido em duas partes, além da introdução e das considerações finais. A primeira, faz uma abordagem sobre a educação profissional/técnica, as expectativas sociais e as comunidades tradicionais, definição do que é formação técnica no Brasil e a relaciona com o programa Novos Caminhos, além de mencionar o alcance de classe que tem este programa e a relação entre carência da oferta desta formação para as comunidades tradicionais e suas expectativas.

A segunda irá relacionar a educação profissional como agência, identificando a existência de um campo de relações sociais, chamado de campo cultural, onde está inserida a formação técnica. Esta por sua vez apresenta o agente coletivo IFAL e como ele “serve” aos agentes individuais quilombolas, membros de uma comunidade tradicional. Segue ainda a apresentação dos limites da agência e as possibilidades estruturais; uma breve análise sobre as demandas apresentadas, comparando às ofertas que podem ser feitas através do programa Novos Caminhos e o resultado da comparação, seguida da solução que pode ser alcançada.

Esta pesquisa consiste em desenvolver um projeto de ação, que visa a inserção do Programa Novos Caminhos, no Campus IFAL - Penedo, incluindo os alunos quilombolas oriundos da comunidade Tabuleiro dos Negros. Assim os quilombolas terão a oportunidade de ingressar na educação profissional e tecnológica, gerando mais oportunidades de emprego e renda, através dos cursos de formação inicial e continuada. Em um cenário de desigualdade, pensar em meios de incluir a população negra no mercado de trabalho é fundamental. No caso das comunidades desfavorecidas economicamente, este processo é dificultado tanto pelas diferenças socioculturais e étnicas, quanto pela necessidade de conciliar o tempo entre a escola e o trabalho.

Busca-se, assim, analisar e compreender como esse processo de inclusão no IFAL, pode ser concretizado e quais os desafios que estão postos para os estudantes quilombolas neste processo de inserção. A primeira motivação para realizar este estudo, vem de minha

própria vivência como profissional, assistente social e membro da comunidade, em buscar a inclusão da comunidade nas políticas públicas destinadas às comunidades tradicionais, como forma de desenvolvimento social e econômico.

A educação profissional/técnica, as expectativas sociais e a comunidade tabuleiro dos negros

O início da Educação Profissional no Brasil se deu no contexto da lógica assistencialista do século XIX, que tinha como objetivo dar uma profissão aos meninos órfãos e a outros menores desfavorecidos da sociedade (COSTA, 1999; FAUSTO, 1995). Era a formação para “aprendizes de ofício”, a saber: agricultor, cuidador de animais, carpinteiro, marceneiro, pedreiro, padeiro, artesão etc. Esta mesma formação mantinha a base de produção em duas linhas fundamentais: a agricultura e a manufatura. Acompanha este fato, um outro, que é a qualificação do trabalhador enquanto meio de produção e fabricação de coisas, pois “[...] no Brasil, a formação do trabalhador ficou marcada já no início, com o estigma da servidão, por terem sido os índios e os negros escravizados, os primeiros aprendizes de ofício (GARCIA, 2000, p. 1).

Em relação à educação profissional no Brasil, estudos demonstraram, ao longo de sua trajetória, o caráter dual e excludente do seu processo, quando relacionado às classes mais pobres, sendo as escolas profissionalizantes destinadas especialmente a elas. Com isto “[...] o ensino necessário às indústrias, iniciou-se destinado aos silvícolas, depois aos escravos, em seguida aos órfãos e aos mendigos, e mais tarde passou a atender os excluídos, como cegos e os surdos-mudos” (GARCIA, 2000, p. 4).

A educação profissional, geralmente de caráter mais instrumental, era permitida aos filhos das classes populares, que tinham que trabalhar para se manter, enquanto a educação básica de caráter propedêutico⁴, era dirigida à formação das elites, de modo a chegarem ao ensino superior. No contexto de criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1961, e da relação estabelecida com a educação profissional, foi originada a Reforma Capanema, que normatizava e estruturava a educação brasileira, evidenciando a educação profissional a partir dos ensinos industrial, comercial, agrícola e

⁴ Em geral, refere-se a uma educação iniciadora para uma especialização posterior. Como característica principal, temos a preparação geral básica capaz de permitir o desdobramento posterior de uma área de conhecimento ou estudo. Neste caso, o desdobramento do aprendizado básico era para o prosseguimento nas carreiras em Ciências Jurídicas, Medicina ou Engenharia Civil, as três áreas clássicas de formação no Brasil Império e República.

normal, tendo em outro segmento os correspondentes ao então ensino propedêutico colegial clássico e científico.

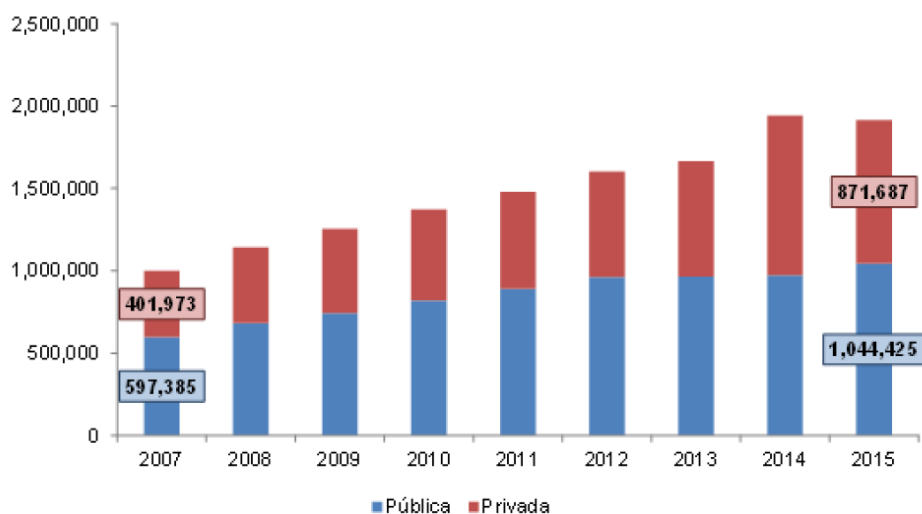
Em 1978, houve a criação dos CEFETs (Centros Federais de Educação), em substituição às antigas Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais (1º formação); logo depois em 1982 houve o restabelecimento da modalidade de Educação Geral (equivalência de escolas propedêuticas e profissionalizantes para o ensino superior); o ano de 1996 foi um marco importante na Educação Profissional, a Lei nº 9.394 estabelece a educação profissional como uma modalidade educacional, que perpassa diferentes níveis, etapas e modalidades.

Para Ramos (2014, p. 64) “os anos 90 e o início dos 2000 se constituem, hoje, em realidade a ser superada pela restauração de uma outra ordem, em que o fundo público seja utilizado em benefício público”, em cumprimento às emergências dos trabalhadores e trabalhadoras, como uma forma de organização a um projeto de desenvolvimento econômico e social.

O governo do ex-presidente Lula foi baseado na reconstrução de políticas públicas para o ensino integrado e buscou corrigir distorções do governo anterior. Revogou o decreto nº 2.208/97, que visou “respeitar e construir com os sistemas federal e estaduais de ensino e com a própria sociedade, a quem servem, a implementação de mudanças futuras que podem se consolidar por meio de um instrumento mais apropriado e de natureza mais permanente” (RAMOS, 2004, p. 71). Para continuar com os projetos, o governo Lula criou alguns dispositivos, dentre eles que o ensino integrado fosse elaborado na intenção de reconstrução de princípios e fundamentos da formação dos trabalhadores. Acreditava-se na satisfação e defesa da sociedade, a qual admitia-se a profissionalização como princípio de junção da ciência, do trabalho e da cultura e com isso, esperava-se promover lutas por uma formação mais estrutural da educação brasileira, ou seja, o objetivo era unir o governo a sociedade, para alcançar uma estrutura satisfatória.

De acordo com os dados do MEC o Brasil, de 2007 a 2015, atingiu 1,9 milhão de matrículas na educação profissional técnica de nível médio, conforme figura a seguir:

Figura 1 – Distribuição das matrículas na educação profissional - Brasil - 2007-2015



Fonte: Brasil (2016)

O Plano Nacional de Educação (PNE), com meta de 10 anos, aprovado pela Lei nº 13.005, de 2014, prevê a ampliação das oportunidades de acesso à educação profissional e tecnológica para jovens e trabalhadores, tendo em vista a expansão da educação profissional técnica de nível médio e a integração dos cursos técnicos e de qualificação profissional com a educação de jovens e adultos:

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público (BRASIL, 2014).

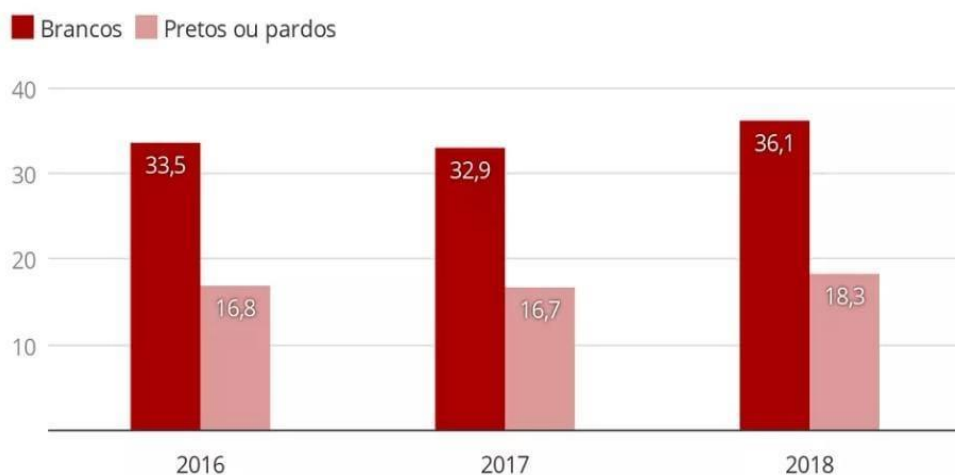
Além de incentivar a criação de vagas dentro do ensino profissionalizante, “a legislação educacional brasileira mais atual, permite que educadoras e educadores atuem para minimizar as desigualdades étnico-raciais nos espaços educacionais, inclusive os de cunho profissionalizante” (BOTELHO, 2007, p. 37). Junto a isso, a Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, sancionada na época, no governo Lula, já tornava obrigatório também o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio (dentro da Educação Básica). Com isso o Conselho Nacional de Educação (CNE) estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, dispostas no parecer do Conselho, CNE/CP 003/2004 e CNE/CP. Resolução 1/2004, que versa em seu inciso § 1:

A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira (BRASIL, 2004, p. 11).

A inclusão dos estudos afro-brasileiros no currículo é parte de um processo de reconhecimento cultural, que também agrega o acesso ao ensino técnico por comunidades tradicionais, como forma de reforço a integração sociocultural da comunidade Quilombola, formulando uma educação que traga envolvimento com a história desses agentes sociais, para que se reconheçam e queiram ser cada vez mais reconhecidos na sociedade em geral.

Neste contexto, estas leis estabelecem as diretrizes para a educação nacional, ressaltando a importância do apoio às modalidades de ensino e ao ensino da cultura negra, direcionada às escolas. Cabe lembrar que no espaço escolar, o negro sempre foi apontado nas aulas de História como escravo; “nunca é demais esclarecer que o negro africano trazido à força para o Brasil e seus descendentes, não eram escravos como uma condição natural, submissa, preconceituosa e depreciativa, mas sim escravizados” (SANTOS *et al.*, 2018). As determinações apresentadas, estabelecem como devem ser implementadas as políticas públicas educacionais para as comunidades quilombolas, “no caso específico da população remanescente de quilombos, nisso precisamos avançar muito mais, posto que, entre os afro-brasileiros, esse grupo soma os maiores índices de exclusão educacional” (BOTELHO, 2007, p. 35).

Figura 2 – Taxa de jovens brancos, pretos ou pardos cursando ou com diploma do ensino superior entre os anos 2016 a 2018



Fonte: IBGE (2019)

Para Botelho (2007, p. 34), “alguns aspectos da cultura afro-brasileira precisam ser percebidos e explorados por todos e todas que participam do sistema educacional brasileiro”, só assim serão criados mecanismos e estratégias que possibilitem minimizar toda forma de discriminação e preconceito que ainda reinam, atingindo principalmente os negros e negras do nosso país, no campo educacional.

Atualmente a legislação assegura alternativas de reversão do cenário. O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Artigo 58, garante à criança e ao adolescente o direito de desfrutar de sua herança cultural específica. A Constituição Federal, em seu Artigo 210, estabelece que os conteúdos do Ensino Fundamental (bem como todo o Ensino Básico), devem assegurar o respeito aos valores culturais. A LDB determina que os projetos, programas e currículos assegurem o respeito às diferenças culturais, sociais e individuais de todos aqueles que frequentam a escola, bem como estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica.

Segundo o estudo: Acesso ao ensino superior no Brasil: equidade e desigualdade social (ANDRADE, 2002), mais de 50% dos jovens negros sequer atingiu o nível médio e, destes, praticamente a metade não concluiu ao menos o ensino básico. Nesse quadro, os jovens que se autodeclararam não brancos apresentam níveis inferiores de escolaridade em relação aos brancos. Para Botelho (2007, p. 38), “o baixo nível de escolaridade da população negra, retroalimenta sua exclusão no mercado de trabalho”, com isso se faz necessário que políticas públicas educacionais, sejam inseridas nas comunidades Quilombolas, de forma que sua implementação assegure a garantia dos direitos a eles pertencentes, por vezes negados pelas diversas “mudanças advindas do processo antidemocrático de mundialização econômica” (BOTELHO, 2007, p. 38).

Durante a pesquisa que dá base a este artigo, e fazendo uso da técnica de grupo focal, foi interessante e norteador a coleta dos relatos da comunidade quilombola Tabuleiro dos Negros, em Penedo-AL. Durante o grupo focal, foi possível compreender os anseios e os problemas apontados pelas pessoas que participaram (jovens quilombolas, entre 18 e 25 anos de idade). Algumas das falas registradas, estão voltadas para educação, cultura e cursos FIC (de formação inicial e continuada). Com isso, nossa pesquisa construiu uma “ponte analítica”, que liga a formação profissional, com a geração de oportunidades para jovens quilombolas em Alagoas, sem deixar de lado a formação transversal ligada à temática da cultura. Em outras palavras, é aproveitar o impacto dos cursos profissionais, para fomentar o desenvolvimento de técnicas que liguem a cultura popular ao ensino científico e que promovam ao mesmo tempo a possibilidade de uso dos saberes para o desenvolvimento local. Durante a pesquisa in loco

(regida pelos protocolos de segurança e autorizações de uso dos dados via TCLE), obtivemos resposta à pergunta sobre o “leque” de cursos ofertados pelo Programa Novos Caminhos, o interesse que estes despertam nos jovens quanto a sua formação e se o fator inclusão pode ser considerado nesta proposta. Quanto a este ponto, a resposta foi a seguinte:

Eu escolhi condutor de turismo em espaços culturais e locais, porque eu acho que essa ligação direta com a cultura é importante, mas pra gente que é quilombola, eu acho que é mais forte e como eu penso que aqui um dia tenha um espaço, que conte mais sobre a nossa história, sobre o povo quilombola, nossas culturas e nossas tradições, eu acho que é isso uma coisa que me interessa muito (Entrevista em 17/07/2021, com Mariana, grifo nosso).

Neste sentido, o Programa Novos Caminhos em sua perspectiva de formação inicial e continuada, traz uma nova visão de mundo aos jovens inseridos na comunidade Quilombola Tabuleiro dos Negros, pois através da formação, cria-se uma expectativa em se conseguir um emprego, uma renda, podendo ao mesmo tempo continuar em seu local de nascimento e assim contribuir com o desenvolvimento econômico e social local. Por isso é importante lembrarmos das palavras de Carril (2017, p. 539), ao considerar que: “propostas educacionais que partam da etnicidade e da cultura, podem abarcar o contexto e o texto territorial”. A valorização da cultura está totalmente ligada a formação desses jovens, a cultura é um propósito associado ao conhecimento repassado desde os primórdios da educação. “Os quilombolas trazem o território que falam, por meio da história oral, possibilitando uma escuta desses significados” (CARRIL, 2017, p. 539).

Mas há uma dificuldade própria em se trabalhar em espaços de agência, que foram consolidados como pontos de distinção, visto que o próprio termo quilombo, por sua vez, é utilizado para nomear os locais de refúgio e resistência dos negros, que fugiam dos seus senhores durante o período colonial e imperial no Brasil. As comunidades que então se formaram também incluíram, além dos negros escravizados fugidos, indígenas, mestiços e brancos pobres. Em termos de agência, representava resistência, mas ao mesmo tempo segregação em relação a interação no espaço social brasileiro, tendo reconhecimento de igualdade cidadã. Por isso, além da própria violência física, temos neste contexto a chamada violência simbólica (BOURDIEU, 2000).

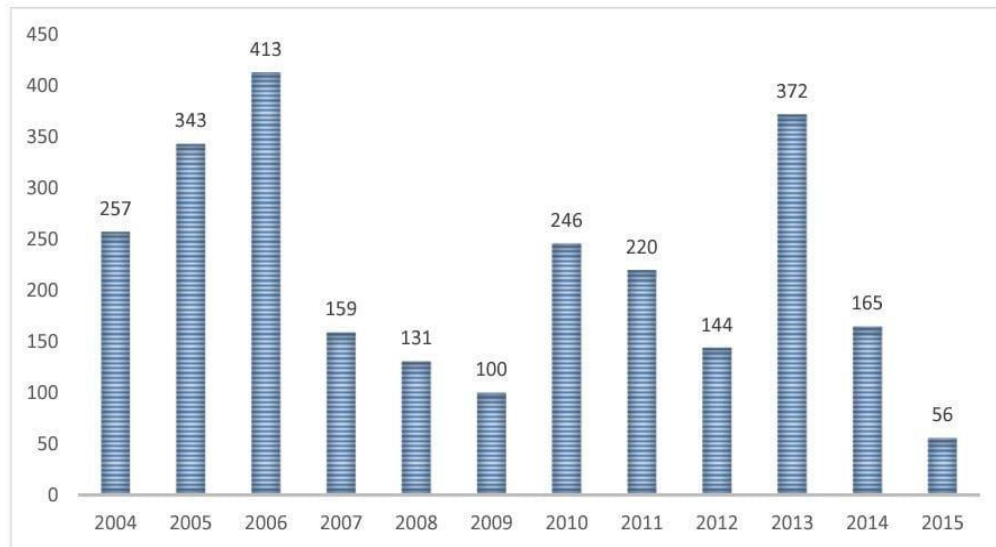
Figura 3 – Mapeamento das Comunidades Quilombolas de Alagoas



Fonte: ITERAL (2021)

A Constituição Federal de 1988, garantiu o direito à propriedade territorial para essas populações, através do artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que afirma: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecido à propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os títulos respectivos”.

O processo de certificação de uma comunidade quilombola, se inicia através de uma declaração de autorreconhecimento, em seguida a Fundação Cultural Palmares é a responsável em realizar os trâmites necessários e emitir a certidão. “Este documento é de fundamental importância, na medida em que reconhece os direitos destas comunidades e dá acesso aos programas sociais do Governo Federal “(ALAGOAS, 2015, p. 8). De acordo com dados da Fundação Cultural Palmares, o Quilombo do Povoado Tabuleiro dos Negros, Penedo/AL, foi certificado em 01 de março de 2007, sob o nº do processo na FCP (01420.000138/1998-63), e Portaria Nº (25/2007), tornando-se um exemplo de comunidade remanescente, fundada por escravos e descendentes de povos escravizados.

Figura 4 – Certificação de Comunidades Quilombolas entre 2004 e 2015

Fonte: Alagoas (2015)

Num panorama geral, o Brasil tem mais de duas mil e quatrocentas comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, distribuídos em 24 Estados brasileiros, possuindo uma forma de organização própria. O Quilombo Tabuleiro dos Negros organiza-se através de Associação de Moradores, voltada para o desenvolvimento e economia local, além de tratar da produtividade agrícola. Dispõe também de uma associação das mães, que desenvolve um trabalho voltado para gerar renda, na forma de artesanato e produção de bolos, doces e salgados; associação de produtores de leite que reúne a produção local, buscando formas de comercialização de laticínios e é vinculada à venda em cooperativas, melhorando a produção leiteira e de criação do rebanho.

Desta forma, estas pessoas vêm paulatinamente avançando na conquista de direitos, entre eles o reconhecimento pelo Estado, da proteção de sua cultura e respeito às suas origens. A partir da formação FIC, ligada às áreas já citadas aqui, estes pontos podem ser potencializados. Além de fortalecer os laços com as instituições educacionais, para além da titulação, gerando reconhecimento e fortalecimento comunitário. No referido caso, a instituição parceira nesta formação seria o Instituto Federal de Alagoas – Campus Penedo. Sabendo que nesta inter-relação, valoriza-se a comunidade quilombola “que se autodefine a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias “(INCRA, 2021), sendo estas mesmas dimensões, ricas em biodiversidade e patrimônio genético. Para além disso:

Ainda apresenta relações territoriais específicas, na medida em que é o território e o vínculo específico que os membros da comunidade têm com o mesmo, que se constitui no fato social total que, ao lado de todas estas outras características, conformam uma comunidade quilombola (INCRA, 2017, p. 5).

O desafio para composição e manutenção deste território em Alagoas é o avanço das fazendas de cana-de-açúcar no entorno, considerado um problema na comunidade. Os moradores consideram que as lavouras de cana-de-açúcar avançaram sobre seu território tradicional, reduzindo as áreas de uso disponíveis para a comunidade. A agricultura é um aspecto importante nos modos de vida e costumes locais, mas atualmente é predominantemente voltada para a subsistência. Apesar das famílias disporem de áreas de roçados, as áreas atualmente disponíveis são consideradas insuficientes, principalmente quando se pensa nas gerações futuras e na produção para as feiras locais.

Alguns moradores ilusoriamente preferem plantar cana-de-açúcar, ao invés de mandioca, feijão, milho e outros, criando a expectativa de crescerem economicamente, como fornecedores alternativos do setor sucroalcooleiro, deixando de produzir alimentos que seriam consumidos na própria comunidade, ou até mesmo, criar uma cooperativa onde parte da produção local (uma vez ampliada), fosse destinada às cidades circunvizinhas para comércio. Contudo, a tradição de plantar grandes lavouras de mandioca permanece. As famílias se articulam e se ajudam, desde o plantio, colheita e preparo da farinha que é vendida na feira da cidade, no chamado “Pavilhão da Farinha”. Neste processo, outros produtos são extraídos da mandioca como: goma de tapioca, beiju, pé de moleque (bolo pagão), mas ainda não são comercializados. Falta incentivo e percepção de crescimento cultural e econômico, a cultura deve ser praticada e mantida para as gerações seguintes entenderem, valorizarem e expandirem dentro de seu território.

Por outro lado, atualmente, os produtores de leite investem em seu negócio e estão produzindo queijo, que é vendido na comunidade e entregue em dois locais na cidade. Dentro do escopo da pesquisa, queríamos saber sobre a importância de um curso de formação profissional dentro do contexto quilombola citado. Com isso, abordamos um produtor leiteiro local, que perguntado sobre a importância da formação profissional, nos deu a seguinte resposta:

Fiz um curso há muitos anos para criar caprinos e ovinos, e nesse curso o instrutor ensinou a fazer queijo de cabra, eu resolvi fazer o teste, não é tudo leite? Então testei, deu certo, estou vendendo, não sei se vou continuar porque o custo é alto, mas por enquanto não estou tendo prejuízos (Entrevista em 17/07/2021, com o Sr. José Lerido).

Dentro desta mesma situação, obtivemos a informação de que a antiga associação dos produtores, acabou perdendo sua efetivação, visto de o tanque de beneficiamento do leite apresentou problemas e por motivos políticos não conseguiram recuperá-lo; diante disso cada produtor procurou individualmente outras associações para entregar a produção de leite, isso é um fator negativo para um possível crescimento econômico local, mas que poderia ser resolvido mediante o concerto técnico, que poderia ser feito por algum membro da comunidade, caso tivesse formação para isso.

A educação profissional como agências e as propostas estruturais

A Educação profissional abre as portas do mercado de trabalho para os jovens e adultos, além de possibilitar hoje, um avanço acadêmico verticalizado (com possibilidades de pós-graduação), para quem desejar avançar na carreira. Para a formação mais elementar em cursos técnicos, temos o Programa Novos Caminhos, que é aplicado a jovens e adultos tanto de áreas urbanas quanto rurais (o que poderia ser o caso da inclusão de jovens e adultos quilombolas), sendo este ensino fomentado por Instituições como o Instituto Federal de Alagoas - IFAL. Na modalidade de Ensino Médio Integrado ao Ensino Técnico, no que se refere a formação profissional e cultural, é possível observar a trajetória histórica da Comunidade Tabuleiro dos Negros e a inter-relação com Instituto Federal – Campus Penedo.

Neste sentido, é possível considerarmos o IFAL, enquanto agente institucional (BOURDIEU, 2014, p.56), voltado para a educação técnica, abrangendo diversos meios: ensino médio integrado ao técnico, como citamos; ensino subsequente – após o ensino médio; educação superior tecnológica e superior em graduação, bem como os cursos de formação curta, inicial e continuada, também chamados de cursos FIC. Estes cursos FIC, são a modalidade que ao nosso ver mais se aplicam ao caso de fomento a formação da comunidade quilombola em questão, servindo como oportunidade de inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho. Desta forma, tais cursos devem estar associados às demandas locais, não bastando disponibilizar os cursos, mas ir de encontro às necessidades que a comunidade apresenta.

Dentro do conjunto de cursos ofertados em nível FIC pelo programa Novos Caminhos no IFAL, temos:

Quadro 1 – Cursos ofertados em nível FIC nos campi do IFAL.

Cursos	Vagas
Agente de desenvolvimento cooperativista	120
Almoxarife	130
Assistente administrativo	130
Assistente de contabilidade	120
Assistente de logística	120
Gestor de microempresa	130
Microempreendedor individual	120
Operador de sistemas de irrigação	60
Produtor de derivados do leite	60
Produtor de frutas, hortaliças e plantas aromáticas	60
Produtor de licores	120
Produtor de queijo	60

Nota: Estes cursos não são ofertados no IFAL - Campus Penedo

Fonte: Elaborado pelos autores

Tendo em análise os cursos acima é possível ver que em pelos menos 6 destes cursos: Agente de desenvolvimento cooperativista; Microempreendedor individual; Operador de sistemas de irrigação; Produtor de derivados do leite; Produtor de Hortaliças; Produtor de licores e leite, é possível ver uma integração com as atividades realizadas no Quilombo Tabuleiro dos Negros em Penedo. Curiosamente, o polo Penedo do IFAL, não desenvolveu atividades de cursos FIC, o que não significa que na relação entre agentes (o agente institucional IFAL e os agentes individuais, quilombolas), não haja a necessidade de oferta. Considerando que a dois fatores em questão:

1. A viabilidade dos cursos ofertados em outros polos e que poderiam ser aproveitados para o polo Penedo;
2. A junção de novas demandas, emanadas da situação do próprio povo quilombola da referida comunidade.

Por isso há uma necessidade de mostrar os dados do que é ofertado, e por meio de pesquisa de campo in loco (via grupo focal), viabilizar a verificação das ofertas que seriam mais adequadas as condições dos membros do quilombo Tabuleiro dos Negros. A que frisar que para o grupo focal, se privilegiou a participação de um grupo de jovens e adultos (entre 18 a 25 anos - idade economicamente ativa), no intuito de buscar saber a recepção dos cursos existentes e a necessidade de formação de cursos, que poderiam ser aplicados na comunidade, gerando assim a possibilidade mais adiante de proposição de um catálogo específico.

No referente a aplicação da técnica de pesquisa, durante o grupo focal, foi possível identificar as principais inquietações e reivindicações dos jovens, insatisfeitos com a carência

por políticas públicas. Dentro deste panorama, Morgan (1988, p. 25), argumenta que: “o uso do grupo focal é particularmente apropriado, quando o objetivo é explicar como as pessoas consideram uma experiência, uma ideia ou um evento” (...). Assim, foi possível identificar a necessidade de cursos FIC, fundamentados na particularidade dos jovens inseridos na comunidade quilombola Tabuleiro dos Negros. Como proposta de ações afirmativas, estes cursos devem ser analisados como oportunidade de formação apropriada para um público que, mediante suas ocupações cotidianas, teriam o período noturno como alternativa de tempo disponível para sua formação.

Salientando a questão do grupo focal e sua importância, Gatti (2005, p. 7), afirma que “os participantes devem ter alguma vivência com o tema a ser discutido, de tal modo que sua participação possa trazer elementos ancorados em suas experiências cotidianas”, nesse contexto, o grupo focal serve como referência de um contato cultural (SAHLINS, 1990), que envolve a cultura do campo acadêmico (BOURDIEU, 2014), com a cultura nativa quilombola e suas necessidades. O produto deste contato, como já comentado, será um catálogo de cursos que podem ser referenciados para a comunidade Tabuleiro dos Negros, ligando a oferta de cursos a demanda por formação, possibilitando a sua visualização, enquanto proposta, tanto para os quilombolas, quanto pelo próprio IFAL.

Em relação a proposta de ação, a construção do diálogo para a formação do catálogo, começou com a formação do grupo focal. O grupo foi constituído por 5 pessoas (jovens e adultos), oriundos da comunidade quilombola Tabuleiro dos Negros, posicionados em um semicírculo, onde se tinha a visão de uma mesa grande (respeitando o distanciamento e os protocolos de segurança e higienização, bem como os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLEs). O método consistiu em mostrar todos os cursos FIC ofertados pelo IFAL, conforme o quadro 1, e deixá-los dispostos para que os jovens pudessem escolher qual deles seriam mais importantes na sua formação educacional e social. Em concomitância, foram feitas perguntas sobre a expectativa de vida e mercado, bem como de permanência no local de origem e como desenvolvê-lo melhor. Segue de maneira sucinta o rol de perguntas que foram feitas:

1. Quais as principais identificações entre você e a comunidade em que vive?
2. Quais atividades econômicas você identifica em sua comunidade e quais você desenvolve ou desejaria desenvolver?
3. Existe incentivo a formação profissional em sua comunidade?

4. Existem oportunidades de formação no entorno de sua comunidade que podem ser aproveitadas?
5. Quais cursos e habilidades de formação profissional você acredita que deveriam ser desenvolvidos e porquê?

A partir destas perguntas, foram sendo tecidas (MILLS, 2009), as relações entre sujeito social e estrutura, nos moldes da relação agente institucional (IFAL), em encontro aos agentes individuais (membros do quilombo), considerando suas expectativas e vontades. A partir disso, a partilha de concepções e as trocas de experiências, puderam ser realizadas, instigando a percepção da realidade social por eles enfrentada. Sobre as demandas citadas pelos jovens quilombolas participantes da pesquisa, seguem as opções de cursos sugeridos individualmente por cada um deles:

Quadro 2 – Cursos propostos no grupo focal

Curso	Proposta geral
Agente de projetos sociais	Elabora e executa projetos sociais. Realiza levantamento de demandas, estabelecimento de metas, ações e estratégias, captação de recursos e prestação de contas.
Agente de desenvolvimento cooperativista	Auxilia no planejamento, na execução de processos, na prestação de assistência e serviços aos cooperados. Promove e atua na constituição de cooperativas em comunidades locais.
Agente de inclusão digital em centros públicos de acesso à internet	Orienta usuários dos telecentros para o uso democrático e gratuito das tecnologias de informação e comunicação (TIC), dos serviços de governo eletrônico e facilita a produção de conhecimento com o uso das TICs. Capacita o usuário a manusear as ferramentas de pesquisa e nos processos de participação em redes sociais para o desenvolvimento econômico, social, pessoal e da cidadania. Informa sobre as normas e políticas de segurança da informação e respeito à propriedade intelectual.
Auxiliar pedagógico	Auxilia na elaboração de projetos pedagógicos e planos de cursos. Colabora com a organização didática e metodológica das atividades pedagógicas. Auxilia nos processos de avaliação do ensino e da aprendizagem na educação e na relação pedagógica entre docentes e estudantes. Contribui para o desenvolvimento de ações integradas no âmbito escolar.
Condutor de turismo em espaços culturais e locais	Conduz visitantes e turistas em sítios e centros históricos existentes na destinação turística. Informa e interpreta sobre o acervo histórico, arquitetônico e cultural, assim como as manifestações artísticas, folclóricas, populares e gastronômicas locais. Contribui para a valorização e conservação do patrimônio material e imaterial, com base na legislação pertinente. Aplica e orienta sobre as técnicas e tecnologias para a visita sustentável dos centros históricos e culturais. Zela pela integridade física e psicológica dos visitantes e turistas. Elabora, negocia e executa roteiros de visitação em centros históricos e culturais.

Fonte: Elaborado pelos autores

Quando perguntados, sobre o porquê das escolhas e que relação têm com a comunidade local e quais seus anseios frente a comunidade, os jovens justificaram suas escolhas:

Eu escolhi o curso na área de **Agente de projetos sociais**, é a área que eu me identifico, que eu gosto de participar, de sempre tá em contato com pessoas, auxiliando na forma que seja necessária, então é a área que tá incluída basicamente na área que eu estudo também, então querendo a área mais social e por isso acho bastante interessante e acrescentaria bastante no meu conhecimento (ADRIANO, 17/07/2021, **NEGRITO NOSSO**).

Eu escolhi o **Auxiliar pedagógico**, acho que ele é bem parecido com a área que eu quero estudar, eu acho que se eu fizesse ele, iria me auxiliar bastante (KARINY, 17/07/2021, **NEGRITO NOSSO**).

Eu escolhi **Condutor de turismo em espaços culturais e locais**, porque eu acho que essa ligação direta com a cultura, mas pra gente que é quilombola, eu acho que é mais forte e como eu penso que aqui um dia tenha um espaço que conte mais sobre a nossa história, sobre o povo quilombola, nossa cultura e nossas tradições, eu acho que é isso uma coisa que me interessa muito, que tá na área que eu tô estudando (Mariana, 17/07/2021, grifo nosso).

Eu escolhi **Agente de inclusão digital em centros públicos de acesso à internet**, para unir o útil ao agradável, eu creio que aqui no telecentro, uma matéria de início para o acesso à informação, acesso à internet, eu acredito que deveria ser uma matéria que tivesse na grade do município, para ajudar as crianças desde pequenas a ter um acesso consciente à internet e chegar ao ensino médio já com um conhecimento básico, do que usar na internet (Hiago, 17/07/2021, grifo nosso).

Eu escolhi **Agente de desenvolvimento cooperativista**, porque eu acho que é agora? Que seria melhor pra nossa comunidade, trabalhar o cooperativismo (Michelly, 17/07/2021, grifo nosso).

Analisando as respostas é possível identificar que eles buscam cursos que visam o crescimento pessoal, filiado a economia local; onde os mesmos serão importantes em cada área relacionada, seja ela cultural, educacional ou social. Dentro de cada possibilidade de oferta e procura, podemos inserir os cursos acima e outros do catálogo de cursos FIC do IFAL, que poderão, juntos, serem ofertados como proposta para os jovens e também os adultos da comunidade quilombola Tabuleiro dos Negros. Se considerados os cursos que já estão no catálogo, com os que foram colocados pelos participantes do grupo focal, teríamos a possibilidade de formação inicial continuada (FIC), configurada para a comunidade Tabuleiro dos Negros, da seguinte forma:

Quadro 3 – Proposta de catálogo de cursos para a comunidade quilombola Tabuleiro dos Negros

Cursos	Descrição	Vagas
Agente de desenvolvimento cooperativista	Gerenciar modelos de cooperativismo em comunidades locais.	40
Agente de inclusão digital	Promover a formação básica em TICs.	20
Agente de processos sociais	Promover o desenvolvimento de políticas sociais e econômicas locais.	20
Auxiliar pedagógico	Auxiliar em atividades escolares.	20
Condutor de turismo em espaços culturais e locais	Auxiliar o turismólogo no acesso e atividades culturais ligadas ao turismo e o ecoturismo.	40
Microempreendedor individual	Fomentar a criação de negócios.	20
Operador de sistemas de irrigação	Viabilizar a criação e a manutenção de sistemas irrigados.	20
Produtor de derivados do leite	Promover o processo de beneficiamento do leite.	20
Produtor de frutas, Hortaliças e Plantas aromáticas	Desenvolver a agricultura sustentável e de pequeno porte para comércios locais e subsistência.	20
Produtor de licores	Desenvolver produtos artesanais derivados da cana de açúcar.	20
Produtor de queijo	Promover a produção de derivados do leite beneficiado.	20

Fonte: Elaborado pelos autores

Dentro das demandas projetadas como sugestão de cursos FIC para o IFAL-Penedo, é possível observar cursos do eixo tecnológico, voltados para o crescimento e fortalecimento do empreendedorismo local, como: Agente de desenvolvimento cooperativista e processos sociais; Microempreendedor individual; Produtor de derivados do leite; Produtor de frutas e hortaliças; Produtor de licores e Produtor de queijo, levando-se em conta, que na comunidade já existem produtores de queijo e este negócio poderá se expandir, alcançando mais produtores, futuramente podem fundar uma nova associação ou cooperativa, levando os produtos da comunidade para as demais cidades e regiões circunvizinhas. Na área de formação pedagógica e cultural, temos: Agente de inclusão digital; Auxiliar pedagógico e Condutor de turismo em espaços culturais e locais. E no eixo tecnológico: Operador de Sistemas de Irrigação. Assim podem ser elencadas as formas de atuação da instituição educacional IFAL no fomento de cursos que promovam a integração sociedade/comunidade quilombola.

Lembramos que esta é uma proposição feita com base na prioridade intervenção, já que a pesquisa proposta é uma pesquisa-ação, no intuito metodológico de salientar e mostrar o funcionamento do programa de formação técnica Novos Caminhos, a importância dos cursos FIC e a interligação entre as ofertas de um agente institucional educacional (IFAL), com as demandas de uma comunidade. Isso gerou por sua vez um catálogo de cursos que apesar

simplificado, mostra a importância do fomento de cursos com base na realidade cultural e se coloca como uma possibilidade de intervenção educacional e social.

Considerações finais

Este artigo teve como principal objeto de análise a formação inicial e continuada (FIC) a ser aplicada dentro de uma comunidade quilombola denominada Tabuleiro dos Negros, localizada na cidade de Penedo - AL. Neste sentido, os cursos estão integrados ao programa federal chamado Novos Caminhos, que, de partida, tem o potencial de ser um programa de geração e partilha de conhecimentos, que pode fazer a ponte entre o ensino formal, fomentado por uma instituição educacional e os saberes locais.

Neste sentido, este artigo desenvolve toda uma discussão sobre o papel das comunidades tradicionais quilombolas no Brasil e em Alagoas, resgatando a sua historicidade. Também é localizada a formação específica da comunidade Tabuleiro dos Negros: sua formalização e reconhecimento oficiais, as políticas públicas que fizeram isso ser possível e as principais características de seu desenvolvimento particular. Neste último quesito, pontuamos as bases de formação cultural: comunidade de ex escravos e seus descendentes, sem fazer disso uma condição naturalizada, criticando inclusive, enquanto construto de identidade. Contudo, mas do que o passado, se coloca um presente que pode ser um presente de oportunidades, via resgate da cultura e ligação com a educação formal e profissionalizante.

O sentido aqui é o de disposição dos recursos que a própria comunidade dispõe para o seu desenvolvimento econômico, e que podem ser potencializados via cursos FIC do programa Novos Caminhos. A que saber que a comunidade Tabuleiro dos Negros desenvolve atividades ligadas ao cooperativismo, agricultura, beneficiamento do leite e produção de seus derivados, além de ser potencial para o turismo e o ecoturismo. Neste sentido, a pesquisa ação proposta neste artigo segue alguns passos.

O primeiro foi o de levantar quais os cursos FIC estão disponíveis no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Alagoas – IFAL, dentro do programa Novos Caminhos. Levando em conta os campus de oferta de cursos, o Campus Penedo, município onde fica localizada a comunidade Quilombola Tabuleiro dos Negros, não teve oferta, o que não nos impossibilita de analisar o que foi ofertado em outros municípios e se a enquadramento da oferta, com a demanda da comunidade em questão. Com isso foram elencados os cursos que foram ofertados pela referida instituição educacional.

O segundo passo foi a iniciativa de pesquisa in loco, através do grupo focal com 5 pessoas da comunidade, entre 18 e 25 anos, idade economicamente ativa, para responderem as perguntas que envolviam basicamente as questões de pertencimento e identificação com a comunidade; oportunidades de desenvolvimento social e econômico comunitários; além de sugestões quanto a cursos e oportunidades que poderiam ser ofertadas. Após o diálogo, chegamos à constatação do que seria viável, enquanto “simbiose” dos cursos já propostos, com as sugestões feitas.

Disso resulta o terceiro e último passo, que foi a criação de um catálogo, que uma vez proposto, foi analisado em vias de sua aplicabilidade e segue como sugestão que unifica em termos práticos e analíticos, as possibilidades de oferta institucional, com a demanda social e local. Esta é uma maneira de propor uma intervenção de nível educacional, como interligada às disposições sociais, culturais e econômicas do povo quilombola.

REFERÊNCIAS

- ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Estudo sobre as comunidades quilombolas de Alagoas**. Maceió: SEPLAG, 2015.
- ANDRADE, Y. Acesso ao ensino superior no Brasil: equidade e desigualdade social. **Revista Ensino Superior Unicamp**, Campinas, n. 6, p. 18-27, jul./set. 2012.
- ANDRÉ, M. Texto, contexto e significado: algumas questões na análise de dados qualitativos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 45, p. 66-71, maio 1983.
- ARROYO, M. G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BOTELHO, D. Inclusão educacional e população negra brasileira. Salto para o Futuro: Educação Quilombola. **BOLETIM 10**, jul. 2007. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Educacao-quilombola.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2021.
- BOURDIEU, P. **A reprodução**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC, 2007.
- BRASIL. **Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 22 jun. 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 6 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação profissional e tecnológica: série histórica e avanços institucionais 2003-2016.** Brasília, DF: MEC, SETEC, 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=133961-relatorio-memorial-setec-2003-2016-1&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Novos Caminhos.** Disponível em: <https://sites.google.com/ifal.edu.br/programanovoscaminhos>. Acesso em: 21 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pró-Reitoria de Extensão - Programa Novos Caminhos.** Disponível em: <https://fic.ifal.edu.br/cursos>. Acesso em: 29 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Quilombolas.** Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/quilombolas#>. Acesso em: 28 ago. 2021.

CARRIL, L. F. B. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 22 n. 69, abr./jun. 2017.

COSTA, E. V. **Da monarquia à república: momentos decisivos.** 6. ed. São Paulo: UNESP, 1999.

FAUSTO, B. **História do Brasil.** São Paulo: EDUSP, 1995.

GARCIA, S. R. O. O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23., 2000, Caxambu. **Anais [...].** Caxambu, MG: ANPED, 2000. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt_09_02.pdf. Acesso em: 14 ago. 2021.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências sociais e humanas.** Brasília, DF: Líber Livro 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019.** Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2021.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Regularização de Território Quilombola: perguntas e respostas.** Disponível em: <https://antigo.incra.gov.br/pt/quilombolas.html>. Acesso em: 07 set. 2021.

ITERAL. Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas. **Mapa das Comunidades Quilombolas de Alagoas.** 2021. Disponível em: <http://www.iteral.al.gov.br/gpaf/assessoria-tecnica-dos-nucleos-quilombolas-e-indigenas-astnqi/comunidades-quilombolas-de-alagoas/Mapa%20das%20Comunidades%20Quilombolas-2011.JPG/view>. Acesso em: 10 ago. 2021.

MILLS, C. W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MORGAN, D. L. **Focus groups as qualitative research Newbury Park**. California: Sage Publications, 1988.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional**. Curitiba, PR: Instituto Federal do Paraná, 2014.

SAHLINS, M. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SAHLINS, M. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SANTOS, G. K. *et al.* Saberes da comunidade no currículo das escolas quilombolas – reflexões. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 5.*, 2018, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande, PB: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/48985>. Acesso em: 07 set. 2021.

SILVA, E. A. Projetos de vida de adolescentes e jovens de comunidades quilombolas do Vale do Mucuri. **Cadernos Ceru**, São Paulo, v. 26, n. 2, dez. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/117469>. Acesso em: 21 out. 2020.

Como referenciar este artigo

SANTOS, G. K.; SANTOS, J. A formação profissionalizante em contexto quilombola: entre o desenvolvimento local e a formação para a vida. **Rev. Sem Aspas**, Araraquara, v. 10, n. 00, e021012, jan./dez. 2021. e-ISSN: 2358-4238. DOI: <https://doi.org/10.29373/sas.v10i00.15473>

Submetido em: 05/09/2021

Revisões requeridas: 10/10/2021

Aprovado em: 07/11/2021

Publicado em: 29/12/2021